

Audiência Pública

apresentação e discussão acerca da proposta de **implantação do Aterro Sanitário Ere瓜çu**, localizado na Rodovia MS 455 KM 0 + 500 m, em Campo Grande - MS.

— **Dia: 20 de julho de 2021** —

Horário: 18 horas



Endereço para acesso de interessados previamente cadastrados:

www.solurb.eco.br/audiencia

Endereço para acesso do público em geral, na modalidade ouvinte.

www.solurb.eco.br/audiencia

www.youtube.com/solurbinho

RBTv - Canal aberto digital 23.1

OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Apresentação do projeto de implantação de empreendimento para disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos Classe II A, gerados no município de Campo Grande/MS.
- Assegurar a ampla participação popular na discussão acerca do projeto, garantindo o atendimento às legislações e normativas vigentes, bem como aos anseios da população campo-grandense.

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

- **Diretor da Audiência Pública Virtual** - Diretora-Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB (ou representante)
- **Mediador** - Secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR (ou representante)
- **Empreendedor** - Concessionária CG Solurb
- **Coordenador** e equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental - Flora Brasil Engenharia e Consultoria Ambiental
- Poderão ser convidados para auxiliar os trabalhos da mesa: 01 representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e/ou do Conselho Municipal da Cidade (CMDU) e/ou Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Devido a Pandemia do Coronavírus (Covid-19), a participação poderá se dar de forma virtual ou presencial, na composição da mesa, se comunicada com antecedência mínima de 5 dias.

PROCEDIMENTOS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública deverá ser conduzida de acordo com a Resolução SEMADUR n. 53, de 23 de abril de 2021, que disciplina a realização de audiências públicas relacionadas ao Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental - SILAM em formato digital, determinando os seguintes procedimentos:

- As audiências públicas serão dirigidas conjuntamente pelo presidente e pelo mediador, cujas funções caberão ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB e ao Secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR, ou pelos seus representantes. Além do presidente e do mediador comporão a mesa dos trabalhos o empreendedor e a equipe que elaborou o estudo ambiental, ou seus representantes, podendo ainda ser convidado para auxiliar os trabalhos, um representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA. Previamente à audiência pública, deverá ser disponibilizado folheto explicativo, em plataforma digital, sobre os procedimentos da audiência, indicando também os principais impactos ambientais e as medidas mitigadoras constantes do projeto em análise.
- O presidente relatará os procedimentos pertinentes, passando a palavra, sucessivamente, ao empreendedor para apresentação do projeto em até 20 (vinte) minutos



e, à equipe de elaboração dos estudos para a explanação em até 40 (quarenta) minutos.

- Ao término das apresentações, o presidente concederá intervalo de 10 (dez) minutos, possibilitando à Secretária da audiência coletar as perguntas que deverão ser feitas por escrito, com clareza e objetividade, por meio de formulário virtual próprio.
- Após o intervalo, o mediador iniciará a primeira fase das discussões, procedendo a identificação e a constatação da presença de cada questionante para, só então, efetuar a leitura da respectiva pergunta e informar a quem a mesma se destina.
- Respondida à questão, será possibilitada réplica de até 2 (dois) minutos.
- O tempo conferido à primeira fase das discussões, pertinente às perguntas escritas, será de até 60 (sessenta) minutos, cabendo ao presidente, caso necessário, prorrogá-lo por até 30 (trinta) minutos.
- Concluída a primeira fase, o mediador poderá conceder intervalo de até 10 (dez) minutos antes do início da segunda fase das discussões.
- A segunda fase das discussões é destinada aos representantes dos colegiados do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, Conselho Municipal da Cidade (CMDU) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que possam realizar perguntas orais, dispondo de até 2 (dois) minutos para a formulação de cada pergunta, assim como para eventual réplica.
- O tempo conferido para a segunda fase da discussão será de até 60 (sessenta) minutos, cabendo ao presidente, caso necessário, prorrogá-lo por até 30 (trinta) minutos.
- Terminadas as fases de discussão, poderá ser concedido tempo de até 10 (dez) minutos para as considerações finais do empreendedor.
- Até 10 (dez) dias úteis após a realização da audiência pública, o empreendedor deverá protocolizar em conjunto ao processo administrativo de licenciamento ambiental, em formato digital, a gravação da Audiência Pública e, em formato digital e físico, a ATA da audiência, com inclusão da lista de inscritos, as perguntas realizadas e suas respostas.

JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO

O município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, possui 906.092 habitantes (Projeção IBGE, 2021) que produzem cerca de 879.022,54 quilogramas de resíduos sólidos por dia, ou seja, 320.843.230 kg a cada 12 meses.

Considerado como uma vertente do saneamento básico, o correto manejo desses resíduos sólidos é imprescindível para a preservação do meio ambiente e impacta positivamente na qualidade de vida da população.

Como parte do processo, todo resíduo gerado deve ser destinado para um local apropriado e específico para esse fim. Seguindo essa premissa, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nacional nº 12.305/2010) e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Nacional nº 14.026/2020) reforçam essa importância e obrigam os municípios a disporem seus resíduos de forma ambientalmente adequada.

Uma das técnicas mais utilizadas no Brasil são os aterros sanitários, os quais são



baseados em princípios de engenharia, onde se confina os resíduos no menor volume possível, cobrindo-os após a conclusão de cada jornada de trabalho. Além disso, é realizada a impermeabilização do solo, drenagem e tratamento de percolados, captação e tratamento de gases, dentre outras técnicas de controle.

Tendo em vista que a vida útil do aterro sanitário já existente em Campo Grande/MS está se encerrando, surge a necessidade da implantação de um novo empreendimento, respeitando as legislações e normativas pertinentes e ao mesmo tempo atendendo aos anseios da população de uma forma economicamente viável para administração pública.

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área pretendida para implantação do empreendimento está localizada no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, com extensão de cerca de 995.133,96 m² (99,51 hectares) e se localiza no início da Estrada da Gameleira - MS 455, próximo à área do Aterro Sanitário Dom Antônio Barbosa II, com distância de aproximadamente 11,5 km do centro da cidade (Figura 1).

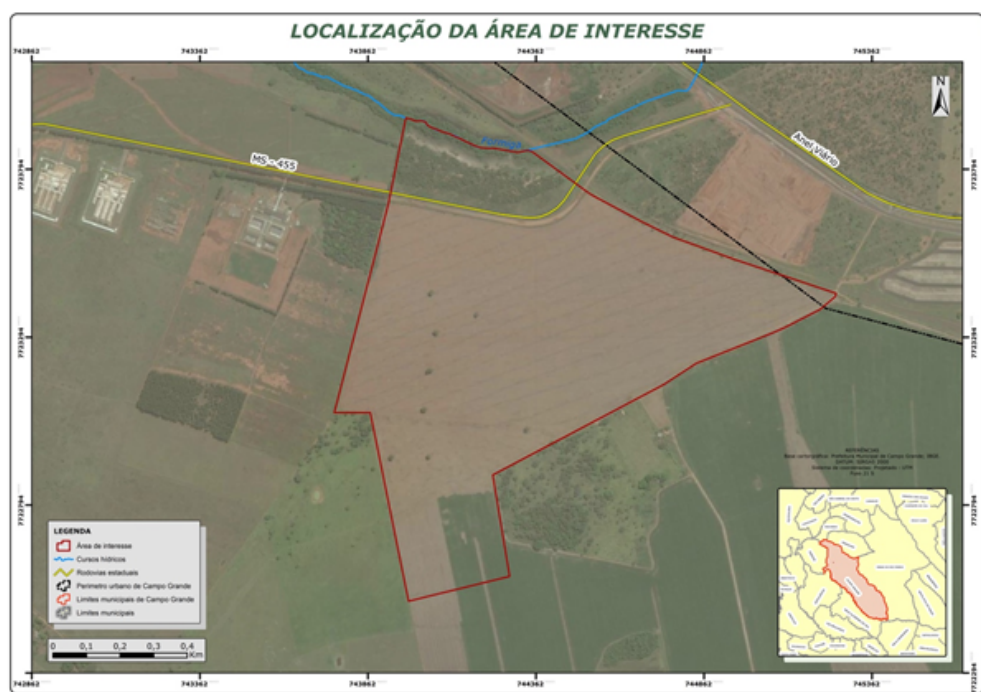


Figura 1 - Mapa de Localização

A área a ser ocupada pelo aterro é de 879.100,73 m², dos quais a área com disposição de resíduos deverá representar cerca de 559.892,32 m².

A partir da análise sobre os impactos ambientais, positivos e negativos, oriundos da implantação e operação da atividade, mencionados no tópico a seguir, foi concebido o Sistema de Controle Ambien-

tal (SCA) contemplando projetos, medidas e ações necessárias para prevenção de danos ao meio ambiente e a promoção dos aspectos positivos causados pelo Aterro Sanitário Ere瓜çu.

O SCA contempla programas, planos e medidas de controles voltadas à conscientização da população afetada e colaboradores, prevenção de riscos ao trabalhador e ao meio ambiente. Dentre as medidas de controle, estão a compensação ambiental, resgate de fauna e monitoramento das estruturas físicas, das águas subterrâneas e vigilância sanitária, de modo a garantir a mitigação dos impactos negativos e eficiência dos sistemas implementados.



MATRIZ DE IMPACTO AMBIENTAL

Fatores Ambientais e Elementos de Caracterização		Ações do Empreendimento								
		Planejamento (LP)		Implantação do aterro (LI)						Operação do Aterro (LO)
		Estudos, Projetos e Licenciamento	Aquisição das áreas para implantação do	Adequação de acessos e instalação do canteiro	Operação do canteiro e acampamento	Abertura e exploração de do solo	Construção das valas	Construção do sistema de tratamento do chorume	Conclusão das obras e desmobilização do Canteiro de Obras e Acampamento	Operação do aterro
MEIO FÍSICO										
Clima e Qualidade do Ar	Clima Local									
	Qualidade do Ar			X	X	X	X	X	X	
	Nível de Ruídos			X	X	X	X	X	X	
	Gases de Efeito Estufa									X
Dinâmica Pluvial	Regime de Escoamento Pluvial						X			X
	Transporte Pluvial de Sedimentos			X	X	X	X	X		X
	Qualidade das Águas Superficiais						X			X
Águas Subterrâneas	Nível Freático e Aquíferos						X			X
Solos e Substrato Rochoso	Potencial Erosivo e Estabilidade de Encostas			X	X	X	X	X		X
	Contaminação do Solo			X	X			X		
	Potencial de Exploração Mineral		X	X		X	X	X	X	



Fatores Ambientais e Elementos de Caracterização		Ações do Empreendimento				
		Planejamento	Construção e Operação do Aterro			
			Estudos, Projetos e Licenciamento	Aquisição das áreas para implantação do terreno	Adequação de acessos e instalação do	Operação do canteiro e acampamento
MEIO BIÓTICO						
Flora	Supressão de vegetação		X	X	X	X
	Fragmentação de ambientes		X	X	X	X
Fauna (Vertebrados exceto peixes)	Fragmentação de <i>Habitat</i>		X	X	X	X
	Dinâmica e Estrutura das Comunidades Faunísticas		X	X	X	X
Invertebrados de Interesse Médico-Sanitário	População de Vetores			X	X	X
Limnologia	Qualidade da Água			X	X	X
Ictiofauna	Dinâmica e estrutura de comunidades de espécies			X		X



Fatores Ambientais e Elementos de Caracterização		Ações do Empreendimento					
		Planejamento	Construção				Operação
			Estudos, Projetos e Licenciamento	Aquisição das áreas para implantação do terreno	Adequação de acessos e instalação do canteiro	Operação do canteiro e acampamento	
MEIO SOCIOECONÔMICO							
População e Qualidade de Vida	População	X	X	X	X		X
	Saúde Pública		X	X	X		X
Organização Territorial	Organização do Território		X	X	X		X
	Infraestrutura Regional/Local		X	X	X		X
Base Econômica	Atividades econômicas	X	X	X	X		X
	Finanças Públicas						X
Paisagem e Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural	Paisagem		X	X	X		
	Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural	X	X	X	X		X

Como medidas mitigadoras dos impactos listados, o Quadro 02 traz um breve resumo de algumas delas.



RESUMO DAS MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Impacto	Medidas Mitigadoras
Impactos sobre a Fauna	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção periódica de máquinas e equipamentos;• Proibição de uso de buzina ou algo similar;• Uso de cortina de vegetação;• Programa de monitoramento de fauna e controle de ruídos;• Sinalização das vias de acesso ao empreendimento;• Colocação de redutores de velocidade;• Programa de monitoramento de fauna.
Vias de acesso e aumento do tráfego	<ul style="list-style-type: none">• Sinalização das vias de acesso ao empreendimento;• Colocação de redutores de velocidade;• Manutenção frequente das vias de acesso;• Aspersão de água e remoção de lama, quando surgir a necessidade;• Pavimentação ou cascalhamento das vias de acesso.
Proliferação de vetores	<ul style="list-style-type: none">• Implantar um programa de monitoramento de fauna na área de influência do aterro;• Implantar um programa de educação ambiental;• Realizar a cobertura diária das massas de lixo;• Imunizar periodicamente os funcionários que trabalharem diretamente no aterro contra doenças relativas à atividade desenvolvida no ambiente, como tétano, difteria, hepatite, entre outras.



Acidentes envolvendo animais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de educação ambiental através de cartilhas distribuídas aos moradores das comunidades próximas e aos colaboradores do empreendimento; • Realizar o resgate de fauna nas áreas de abertura de células e supressão de vegetação, de acordo com as normas do órgão ambiental competente; • Fixar placas de sinalização para controle de velocidade; • Fixar placas de sinalização instruindo para a presença de animais silvestres ao longo da estrada; • Realizar palestras temáticas aos colaboradores que permanecerão na área de recebimento e serão responsáveis pela manutenção da área de entorno do aterro; • Utilização de EPIs; • Destinação correta dos resíduos.
Impactos sobre os recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Distanciamento adequado dos corpos hídricos; • Impermeabilização do solo; • Instalação de canais de drenagem; • Instalação de drenos de captação de chorume; • Monitoramento da qualidade de águas superficiais e subterrâneas
Proliferação de odores	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de cortina vegetal; • Cobertura dos resíduos ao final de cada jornada de trabalho.

Importante ressaltar que o empreendimento trará inúmeros benefícios para a população campo-grandense. Na fase de operação do aterro sanitário os impactos positivos estão relacionados às ações de preservação e implantação da cortina vegetal, mobilização da mão de obra, disposição final dos resíduos, cobertura diária dos resíduos, monitoramento ambiental e controle de emissão de gás metano.

A preservação e implantação da cortina vegetal têm o intuito de reduzir o impacto visual do aterro sanitário além de servir como filtro para os maus odores gerados pelos resíduos.

A mobilização de mão de obra influenciará positivamente a região desde que seja priorizada a contratação de mão de obra local.

A cobertura diária dos resíduos traz benefícios em relação à manutenção do conforto, bem-estar e saúde da população, com a eliminação da geração de odores, redução



da criação de habitats para a proliferação de vetores, bem como redução da oferta de alimentos, atrativo para a fauna da região.

As ações de controle de emissão de gás metano convertem-se em um impacto positivo pela substituição de emissão de um gás com potencial elevado de contribuição para o efeito estufa por um gás menos impactante, através de queima controlada do metano.

Cabe destacar os impactos positivos referentes à melhoria da qualidade ambiental da região devido à disposição adequada dos resíduos sólidos, que deixarão de ser dispostos em locais impróprios, o que compromete a qualidade ambiental e coloca em risco a saúde e segurança da população.

Além disso, outro impacto positivo está relacionado ao fator econômico, onde o empreendimento viabilizará a abertura de novos negócios e a maior atratividade da região atendida para investimentos externos, com o conseqüente incremento econômico e o aumento dos postos de trabalho e arrecadação de impostos.

As ações de monitoramento ambiental proporcionam impactos positivos a grande parte dos atores envolvidos na operação e encerramento do aterro, pois tem como objetivo gerenciar as suas interações com as ações realizadas, assim como evitar situações de risco. Outras ações que resultam em impactos positivos na fase de encerramento são a recuperação paisagística e o fim da disposição dos resíduos.

PROGRAMAS AMBIENTAIS PROPOSTOS NO EIA-RIMA.

O empreendimento contemplará a implantação dos seguintes programas ambientais:

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador;
- Programa de Controle Ambiental das Obras;
- Programa de Compensação pela Supressão Vegetal;
- Programa de Monitoramento e Resgate de Fauna;
- Programa de Monitoramento de Águas Superficiais;
- Programa de Monitoramento das Águas Afetadas pelas Obras;
- Programa de Monitoramento da Estabilidade das Células e Maciços de Resíduos Sólidos - Monitoramento Geotécnico;

